

Caderno de Atividades

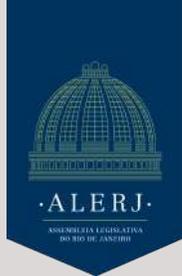
2016



**FÓRUM PERMANENTE
DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DO ESTADO**
JORNALISTA ROBERTO MARINHO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO





Mesa Diretora 2017-2018

Presidente: Jorge Picciani

1º Vice-presidente: Wagner Montes

2º Vice-presidente: André Ceciliano

3º Vice-presidente: Jânio Mendes

4º Vice-presidente: Marcus Vinícius

1º Secretário: Geraldo Pudim

2º Secretário: Samuel Malafaia

3º Secretário: Átila Nunes

4º Secretário: Pedro Augusto

1º Vogal: Carlos Macedo

2º Vogal: Zito

3º Vogal: Renato Cozzolino

4º Vogal: Bebeto

Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho

Presidente: Deputado Jorge Picciani

Subdiretora-Geral: Geiza Rocha

Equipe Fórum: Daniela Garcia, Fernanda Salazar, Gisela Andreata, Ivanir dos Santos, Marisa Lemos e Renata Fernandes

Telefones: (21) 2588-1352/ 1176

Rua Primeiro de Março, s/nº sala 127 CEP 20010-090 - Rio de Janeiro - RJ

Email: forumdesenvolvimentorj@alerj.rj.gov.br

www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br

Caderno de Atividades Fórum 2016

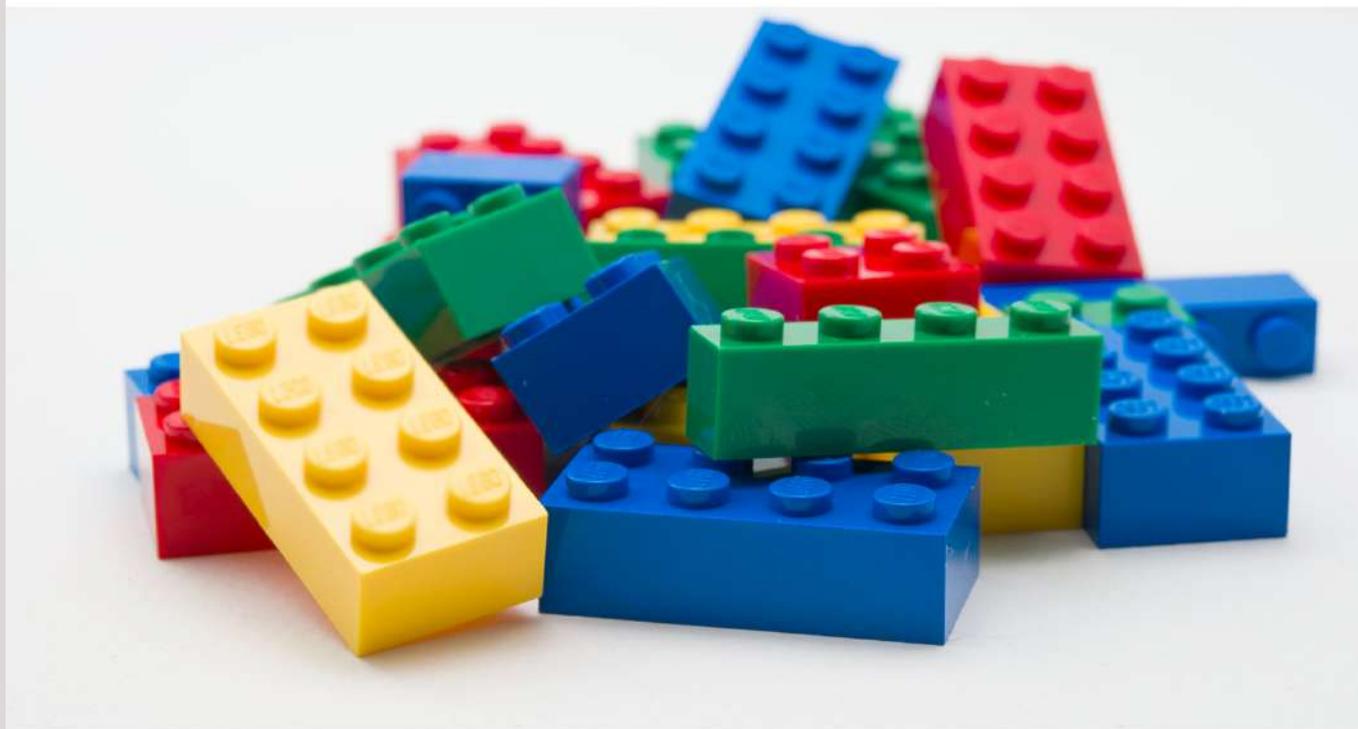
Organização: Geiza Rocha

Edição: Gisela Andreata e Marisa Lemos

Projeto gráfico, diagramação, arte da capa: Renata Fernandes

Fotos: Subdiretoria de Comunicação Social

Impressão: Departamento Gráfico da Alerj



ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Deputado Jorge Picciani - Presidente

Caderno de Atividades 2016: Fórum Permanente de
Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro Jornalista Roberto
Marinho

Janeiro/2017

Desenvolvimento - Política - Economia - Poder Legislativo

2016

Caderno de Atividades



**FÓRUM PERMANENTE
DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DO ESTADO
JORNALISTA ROBERTO MARINHO**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

ALERJ • ABAV-RJ • ABE • ABEOC-Regional RJ • ABES • ABIH-RJ
ACRio • ADESG-RIO • AEERJ • AMCHAM-RIO • ANPROTEC • CEBDS
CIEE • CLUBE DE ENGENHARIA • CRC-RJ • FACERJ • FAERJ
FECOMERCIO-RJ • FETRANSCARGA • FETRANSPOR • FGV
FIRJAN • GESTRIO • IBP • PUC-RIO REDETEC • RCE-RJ/UNU
RIO CONVENTION & VISITORS BUREAU • SEBRAE-RJ
SESCON-RJ • SINDRIO • SNA • UCAM • UENF • UERJ • UEZO
UFF • UFRJ • UVA



Sumário

Introdução.....	4
Editorial.....	6
Apresentação.....	8
Fórum em números.....	10
Câmaras Setorias.....	12
AGRONEGÓCIOS	14
CULTURA, TURISMO E ESPORTES	16
ENERGIA	17
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	18
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	20
GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	22
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	24
TECNOLOGIA	26
Grupos de Trabalho.....	28
Eventos.....	34
Comunicação.....	53

Introdução



Blocos de montar são partes que se encaixam podendo dar forma a novos objetos. Inicialmente feitos de madeira, foram criados pelo inspirado carpinteiro dinamarquês Ole Kirk Christiansen, no início da década de 1930 e conquistaram o mundo quando viraram de plástico.

Com peças de vários tamanhos, os blocos são famosos por estimular a reflexão, pensamento e construção. Permitem múltiplas combinações de acordo com a imaginação e a criatividade de quem os manipula. E foi por isso que escolhemos esses objetos para ilustrar o caderno de atividades. O ano de 2016 foi de construção, da tentativa, nem sempre bem-sucedida, de juntar as peças e, a partir do consenso, formar saídas. Foi um ano que exigiu paciência, conhecimento, perseverança e flexibilidade. Os debates que se desenvolveram no Fórum seguiram como uma mesa cheia de peças muitas vezes embaralhadas.

Tal como a construção de políticas públicas eficientes para atender aos cidadãos precisa de diversidade e de criatividade, estes blocos de montar também precisam ter tamanhos e formatos diferentes para ampliar as possibilidades de ação. Por meio das reuniões das Câmaras Setoriais, que atraem especialistas das mais diversas áreas de conhecimento, e dos eventos realizados, o Fórum contribuiu para dar forma a essas políticas e encaixar peças, na tentativa de orientar ações que possibilitem a retomada do crescimento econômico.

Com a convicção de que seguimos num desafio que atravessará 2017, é que registramos os avanços, as sugestões, e os consensos que se formaram, reforçando a ideia de que só construindo coletivamente e com a participação efetiva dos múltiplos atores da sociedade é que conseguiremos fazer do estado do Rio um espaço de bem estar para a população.



Editorial





2016 não foi um ano para se comemorar. Mas ter a oportunidade de rever os temas debatidos no Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado, e as sugestões que nasceram deste diálogo que estabelecemos há treze anos com a sua criação, nos dá a dimensão do desafio que temos pela frente para retomar o crescimento econômico do estado. Mostra também a necessidade de ampliar a participação da sociedade neste desafio.

Pelo Legislativo passam grandes temas, que tem impacto direto na vida do cidadão, como a discussão do Orçamento, e é necessário que aqui também circulem os estudos e informações que vão basear boas escolhas. Por isso este tripé, que atua em conjunto e de forma sistemática a partir das câmaras setoriais e se aprofunda nos eventos realizados ao longo do ano, é tão importante.

Importante é também compartilhar as conclusões e dados reunidos, para que cumpram o seu papel de apresentar a complexidade e a diversidade de peças que precisam ser encaixadas para que o estado funcione. É desse exercício diário, de ouvir as partes e decidir, que nascem novos tempos.

Boa leitura!

Jorge Picciani
Presidente da Alerj e do Fórum



Apresentação





Em 2016 o Fórum pegou a estrada e foi a campo conhecer e interagir com as diferentes realidades que tecem a complexidade do estado do Rio de Janeiro e justificam o título fluminense de “síntese do País”. Mais do que abordar o que aconteceu, o caderno de atividades de 2016 fala sobre o que precisa acontecer. Por isso, não é um mero registro do passado, mas a reunião de decisões e temas que contribuem para lançar luzes sobre o papel de cada um dos atores que trabalham diariamente na construção de oportunidades de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro nas suas mais diversas vertentes.

A publicação também é uma forma de trazer à tona os estudos e pesquisas e de que forma eles podem contribuir para a construção de alternativas sustentáveis de crescimento e geração de emprego e renda nas diversas regiões que compõem o estado, observando suas particularidades e características.

Por isso convido todos a mergulhar conosco e conhecer um pouco do Fórum e do seu dia a dia. Você é peça importante deste jogo e pode contribuir nesta construção que só é possível na medida em que o que é debatido serve como base para a tomada de decisões.

Geiza Rocha
Secretária Geral do Fórum

The background of the slide is a dense, close-up view of numerous yellow LEGO bricks. The bricks are scattered and overlapping, creating a textured, three-dimensional effect. The lighting is bright and even, highlighting the smooth plastic surfaces and the characteristic studs on top of the bricks. The overall color palette is a warm, vibrant yellow.

Fórum em números

15
eventos
realizados
pelo Fórum

42
programas
Rio em Foco

58
reuniões
de Câmara

130
membros
das Câmaras
Setoriais

200
matérias
veiculadas
na imprensa

1300
presenças nos
eventos



Câmaras Setoriais

A atuação do Fórum se dá por meio das oito Câmaras Setoriais que tem como foco debater os segmentos-chave do desenvolvimento fluminense. As Câmaras são grupos de trabalho coordenados pela Subdiretoria-Geral e formados por técnicos representantes das entidades que compõem o Fórum. A agenda de trabalho definida pelas câmaras setoriais, que se reúnem mensalmente, torna permanente e ativa a formulação de propostas ao Parlamento, contribuindo para o aperfeiçoamento da legislação do estado do Rio de Janeiro.

O papel delas é desenvolver projetos, ouvir especialistas e debater de que forma o Poder Legislativo pode contribuir para o crescimento dos mais diversos setores da economia do estado. Nos últimos dois anos, foram criados outros dois grupos de trabalho, um com foco na articulação de ações no Complexo da Maré a partir saída da Força de Pacificação, e outro com objetivo de construir propostas para desenvolver os ecossistemas de negócios sociais.

Linhas de Ação

- **Apoio a políticas e ações de desenvolvimento:** participar e acompanhar a concepção, a formulação e a execução de políticas públicas, bem como os projetos, ações e atividades da iniciativa privada voltadas ao desenvolvimento sócioeconômico do estado.
- **Fomentar os debates:** promover eventos que estimulem a relação entre os setores produtivos da sociedade e os legisladores;
- **Trazer informações ao Parlamento:** a partir do contato com as universidades e com as entidades civis organizadas, gerar informação para os deputados de forma que eles possam decidir com embasamento sobre os projetos que estão analisando;
- **Levar discussões ao interior:** ampliar as atividades do Fórum para as cidades do interior do estado, principalmente nos pólos de desenvolvimento que estão se consolidando. Promover debates que reúnam os membros locais de entidades, associações de moradores, sindicatos, autoridades e a população e, a partir das informações recolhidas nestes locais, balizar as ações que serão desenvolvidas no Parlamento.



Câmara Setorial de Agronegócios

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Zoneamento Ecológico Econômico impactam diretamente na produção agrícola do estado e por isso foram amplamente debatidos na Câmara de Agronegócios no primeiro semestre de 2016.

Foi identificado um grande desconhecimento sobre o CAR. O programa, criado em 2012 pelo Ministério do Meio Ambiente para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, consiste no levantamento de informações georreferenciadas dos imóveis rurais com delimitação das áreas de proteção permanente (APP), reserva legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública. Além disso, ele garante ao produtor cadastrado vantagens como linhas de crédito específicas e isenção de impostos na compra de equipamentos.

Às vésperas do fim do prazo, o Fórum buscou informações sobre o status do cadastro no estado. Segundo o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) o cadastro havia avançado, mas pelo fato de o sistema não estar aberto para revisão, mais de 100% do território fluminense já estava cadastrado. De acordo com o chefe de adequação ambiental do instituto, José Maria Soares, o pequeno produtor muitas vezes não tem a informação correta sobre a sua propriedade e acaba informando no ato do cadastramento uma área muito maior. Depois da reunião, o Congresso aprovou a ampliação do prazo para 31 de dezembro de 2017. Até lá o desafio será o de garantir recursos para que o governo conclua o cadastro dos produtores rurais que ainda não estão no sistema e revisar a sua base de informação.

Dados do Inea apontam que 88% das propriedades rurais no Rio de Janeiro têm até quatro módulos fiscais enquanto 12% possuem mais de quatro módulos fiscais. O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária para que a exploração de uma propriedade seja economicamente viável e varia de 5 a 110 hectares, de acordo com o município em que está localizada.

Agricultura Familiar em destaque

Das 14 milhões de refeições servidas para atletas e mídia durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, 200 mil foram exclusivamente provenientes da agricultura familiar do estado do Rio de Janeiro, grande parte delas de produção também orgânica. Os dados foram apresentados na Câmara



por Richard Smith, analista de Conservação da WWF-Brasil e coordenador executivo da iniciativa Rio Alimentação Sustentável, que teve como objetivo apoiar o Comitê Rio 2016 na viabilização da oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis. A Rio Alimentação Sustentável mapeou 6 mil fornecedores certificados em todo Brasil e criou um guia para os *caterings* contratados para fornecer as refeições durante os jogos. Apesar do resultado, ficou claro que ainda é preciso fortalecer toda a cadeia de alimentos, que responde pela quarta maior produção industrial do estado, e promover a agricultura familiar.

O caminho defendido pela Câmara foi fortalecer a política de aquisição de alimentos da agricultura familiar e orgânicos estimulados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Fórum oficiou a Secretaria de Estado de Agricultura, que se dispôs através da Emater, a fornecer as informações necessárias para a construção de um sistema para disponibilizar dados aos diretores de escolas sobre a produção familiar do estado. Ficou claro nas apresentações que há um grande espaço para articular as ações.

Os pequenos produtores locais ainda enfrentam problema de organização na distribuição dos alimentos e na logística de escoamento da produção e no seu processamento. Segundo dados da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), o Rio de Janeiro destina hoje 20,76% da verba do PNAE na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, sendo que o mínimo estipulado por lei é de 30%.

Dentre os gargalos apontados para o cumprimento da lei estão o grande número de escolas estaduais (1300), a logística do processo, além das dificuldades devido à oferta e sazonalidade dos produtos. Diferentemente de alguns municípios, o estado descentraliza a gestão desses recursos, que é feita diretamente pelas escolas. Para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em tempos de crise o repasse do PNAE é uma oportunidade para que os municípios invistam no desenvolvimento da agricultura local fazendo com que o dinheiro fique na região. Segundo a Undime, a potencialidade de venda da agricultura familiar no Rio de Janeiro é de R\$237 milhões ao ano.

Próximos Passos:

- Acompanhar os resultados do diagnóstico da cadeia agroindustrial do leite no Estado que está sendo feito pelo Sindilat em parceria com a Firjan e a Faerj e o próprio Fórum.
- Receber as informações da Secretaria de Agricultura para formatar o banco de dados a ser disponibilizado para as escolas estaduais e municipais.

Leia + no site!

[Câmara vai debater temas que impactam a vida do agronegócio fluminense - bit.ly/2iM8nki](http://bit.ly/2iM8nki)

[Mais de 20 mil produtores rurais estão cadastrados no CAR, segundo INEA - bit.ly/2iMarbV](http://bit.ly/2iMarbV)

[Agricultura familiar do RJ foi responsável por 200 mil refeições sustentáveis durante os Jogos - bit.ly/2d4GFZA](http://bit.ly/2d4GFZA)

[Gargalos para utilização da agricultura familiar na merenda escolar do RJ - bit.ly/2dS95Xz](http://bit.ly/2dS95Xz)

[Fortalecimento da agricultura familiar no RJ pode movimentar R\\$ 237 milhões ao ano - bit.ly/2glzbl7](http://bit.ly/2glzbl7)





Câmara Setorial de Cultura, Turismo e Esportes

Este ano, o foco da Câmara Setorial de Cultura, Turismo e Esportes foi o Caderno de Cultura do Estado, produzido em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A publicação identificou como a cultura está estruturada e distribuída nos 92 municípios fluminenses, tendo como base de estudo o Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, lançado pela Secretaria Estadual de Cultura, que registrou as atividades culturais mais importantes como festas tradicionais, festivais de cultura, patrimônios, artistas e personagens. Trazendo registros de bens materiais e imóveis (como arquitetura, sítios arqueológicos, espaços geográficos) e bens imateriais (como música, literatura, teatro, saberes e expressões), o caderno divide as regiões de acordo com suas características predominantes e sintetiza as atividades culturais de cada cidade, identificando os potenciais regionais.

O maior ganho da produção e publicação do material é sua contribuição no direcionamento de investimentos nos municípios e o fato de dar aos gestores públicos uma ferramenta para criar políticas públicas focadas na promoção do desenvolvimento local. O caderno de Cultura faz parte de uma trilogia de publicações que inclui os Cadernos de Turismo e o de Esporte, todos em parceria com a Uerj. Assim como nas edições já lançadas, a Câmara incluiu como etapa a apresentação do caderno aos secretários municipais de cultura, que puderam sugerir e confrontar suas visões com os pesquisadores da universidade.

Outro tema debatido pela Câmara foi o papel do esporte no desenvolvimento local. Em uma das reuniões, foi lançado o [estudo sobre a percepção dos turistas e dos residentes da cidade do Rio sobre os Jogos Olímpicos cinco meses antes da realização do megaevento](#). Na ocasião, as pesquisadoras compararam os resultados com a pesquisa feita no mesmo período durante a Copa do Mundo, apontando visões similares em relação aos megaeventos.

O estudo apontou que a população identificou a revitalização da cidade, que recebeu investimentos em infraestrutura de mais de R\$ 3 bilhões, como o principal legado das olimpíadas, somado à atração de turistas, que chegou à 1,17 milhão de visitantes.

Próximos Passos

- Lançamento do Caderno de Cultura

Leia + no site!

[Pesquisa que mede percepção da população sobre megaeventos esportivos será lançada na Alerj - bit.ly/2ifmdlc](http://bit.ly/2ifmdlc)

[Audiência pública discute revitalização dos trens turísticos no estado - bit.ly/2iTZYIM](http://bit.ly/2iTZYIM)

[Secretários se reúnem para aprovar texto final do Caderno de Cultura - bit.ly/2il9SgH](http://bit.ly/2il9SgH)

[Secretários municipais sugerem a inclusão de atividades no Caderno de Cultura - bit.ly/2iUgybq](http://bit.ly/2iUgybq)

[Cronograma de lançamento do Caderno de Cultura do Estado será definido em reunião do Fórum - bit.ly/2cX2DKR](http://bit.ly/2cX2DKR)

[Caderno de Cultura do Estado será lançado em dezembro na Alerj - bit.ly/2djtwOb](http://bit.ly/2djtwOb)

[Cariocas elegem turismo e revitalização da cidade como principais legados das Olimpíadas 2016 - bit.ly/2dCZ7s7](http://bit.ly/2dCZ7s7)

Câmara Setorial de Energia

O setor energético vem atravessando um período de transição nos últimos anos seja pelo uso racional de energia gerada, a chamada de eficiência energética, ou pelo crescimento do uso de fontes limpas e renováveis. Esse cenário gera uma nova realidade na indústria de energia do país e em todo mundo. Nesse contexto, a Câmara de Energia buscou conhecer detalhes do [Mapa Solar do Rio](#), aplicativo lançado pelo Governo do Estado que identifica o potencial de geração de eletricidade nos telhados da capital fluminense.

Fruto da parceria entre a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Instituto Pereira Passos, e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, o estudo mapeou 1,5 milhões de telhados e apontou que o potencial de geração fotovoltaica deles é maior do que o consumo residencial na capital. O superintendente de Energia da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), Sergio Guaranyts apresentou o estudo e participou do debate sobre o acesso às linhas de crédito para investimento em painéis fotovoltaicos. Foram realizadas reuniões sobre o tema com a AgeRio e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio) na sequência. Desde 2013, qualquer brasileiro pode conectar à rede elétrica pequenos geradores movidos à energia solar e receber créditos na conta de luz pela energia excedente produzida.

Outro tema debatido foi a qualidade dos serviços prestados aos consumidores e indústrias pelas concessionárias de energia elétrica do estado do Rio de Janeiro e a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa no sistema de energia do Rio.

Próximos Passos:

- Verificar a necessidade de legislações específicas para difundir as fontes de energia limpa.
- Criar legislação que viabilize a produção de painéis fotovoltaicos em larga escala, além de linhas de financiamento.
- Mapear e definir as linhas de financiamento disponíveis para viabilizar a adoção da energia solar.



Leia + no site!

[Mapa Solar do Rio pode incentivar eficiência energética do município - bit.ly/2d9CHlz](http://bit.ly/2d9CHlz)

[Detalhes do Mapa Solar do Rio serão apresentados em reunião da Câmara de Energia do Fórum bit.ly/2cb6Wcq](http://bit.ly/2cb6Wcq)

[Fórum propõe debate sobre os serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica bit.ly/2hWBKPo](http://bit.ly/2hWBKPo)



Câmara Setorial de Desenvolvimento Sustentável



Três temas orientaram as ações da Câmara Setorial de Desenvolvimento Sustentável: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a crise hídrica e a reciclagem.

O desenvolvimento sustentável é norteado por 5'Ps: planeta, pessoas, prosperidade, paz e parcerias e requer uma participação ativa dos governos, sociedade civil, setor privado, academia e mídia. Em 2015, a Organização das Nações Unidas definiu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desmembrados em 169 metas para erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas até 2030.

Para participar desse desafio, a Câmara reuniu as demais sete Câmaras Setoriais, buscando avaliar a possibilidade de incluir a agenda 2030 nas pautas de reuniões. O investimento em educação foi mencionado como um mecanismo transformador para o cumprimento dos objetivos.



Crise Hídrica

O relatório final da CPI da Crise Hídrica da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), aprovado em outubro de 2015, foi apresentado aos membros da Câmara pelo deputado Luiz Paulo (PSDB), que presidiu a CPI. O relatório mostra que há uma série de medidas a serem tomadas para garantir o abastecimento, como as políticas de reflorestamento e proteção das nascentes do Rio Paraíba do Sul, o tratamento de esgoto e o combate ao desperdício de água. Estima-se que 40% da água tratada é perdida antes de chegar ao seu destino final, os consumidores.

O estudo "Impactos da Escassez de Água 2015" foi apresentado pelo gerente de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Jorge Peron. A pesquisa aponta que o controle do consumo e campanhas de conscientização estavam entre as principais ações adotadas pelas empresas entrevistadas do setor industrial fluminense. Além disso, a segurança hídrica no abastecimento também foi considerada como medida preventiva a ser pensada através da análise de risco. Segundo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Associação Comercial do Rio (ACRio), Haroldo Mattos de Lemos, no Rio de Janeiro optou-se por "colocar todas as frutas numa mesma cesta" ao dependermos praticamente de uma única estação de tratamento de água, o Guandu. O reflorestamento, o reuso, a captação de água de chuva são ações que não se



sustentam caso haja uma seca prolongada, por exemplo.

Questões relativas à reciclagem como a desoneração fiscal da cadeia produtiva do setor, a diminuição de custos de produtos provenientes de materiais recicláveis e a revisão do sistema tributário também foram amplamente debatidas na Câmara. De acordo com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a cadeia de produção de material reciclado desembolsa R\$ 2,6 bilhões por ano para pagar tributos que já foram cobrados na fabricação inicial das mercadorias, tornando a bitributação um impasse ao incentivo à reciclagem no País. O debate, promovido em parceria com o Observatório da Política de Resíduos Sólidos, foi o pontapé inicial de uma discussão em nível nacional.

Próximos Passos:

- Conclusão de um estudo, que está sendo realizado em parceria com a Firjan para mapear as etapas em que o produto reciclado é bitributado.

Leia + no site!

[Fórum irá mapear modelos tributários de outros estados para a cadeia de reciclagem fluminense bit.ly/2dFrasV](http://bit.ly/2dFrasV)

[Reforma tributária para a cadeia de reciclagem é tema de reunião do Fórum da Alerj bit.ly/2cLw9cl](http://bit.ly/2cLw9cl)

[Desoneração do setor de reciclagem e política de compensação ambiental serão tratadas pelo Fórum bit.ly/2cC89IT](http://bit.ly/2cC89IT)

[Indústrias do estado investem na diversificação de fontes no combate à escassez de água http://bit.ly/2jkJqJo](http://bit.ly/2jkJqJo)

[Ação das indústrias para driblar a crise hídrica é tema de discussão - http://bit.ly/2iviFSi](http://bit.ly/2iviFSi)

[Crise hídrica desafia o estado a encontrar novas soluções para o abastecimento - http://bit.ly/2juw69f](http://bit.ly/2juw69f)





Câmara Setorial de Formação Profissional e Educação Tecnológica

A disponibilidade entre a oferta e demanda de cursos nas universidades para dar conta da expansão industrial no estado foi um dos temas centrais da Câmara em 2016. Para solucionar essa questão foi proposta a criação de um consórcio entre as universidades e os institutos de pesquisa fluminenses. A captação de recursos internacionais como alternativa para o desenvolvimento científico foi outro tema abordado e que desdobrou na apresentação de uma ferramenta da União Européia que auxilia pesquisadores a buscarem opções de bolsas naquele continente.

Mesmo com 52 instituições de ensino e pesquisa sediadas no estado, distribuídas em 63 campi, o Rio de Janeiro não possui uma oferta equilibrada de cursos de formação profissional que atenda às necessidades dos setores metal mecânico, farmacêutico, metalurgia, construção naval, petróleo e gás e bebidas, suas principais vocações industriais. Ações propostas para o fim do desequilíbrio entre a oferta de cursos nas universidades no estado e as necessidades e demandas do setor produtivo foram debatidas pela Câmara Setorial de Formação Profissional e Educação Tecnológica e tema de vários encontros em 2016. Para os membros da Câmara, esse é um desafio a ser solucionado visando ao desenvolvimento econômico e social para dar competitividade aos municípios fluminenses.

O mapeamento das ofertas de ensino técnico, com base no levantamento dos dados do MEC e de Universidades do estado, também indicou uma concentração de ofertas na capital, com predominância do setor privado. A pesquisa foi financiada pela Faperj, e apresentada pela professora Renata Lèbre La Rovere, do Instituto de Economia da UFRJ (<http://bit.ly/26dSnrK>). Os resultados colocam também em xeque a política de instalação de indústrias no interior do estado com o objetivo de desenvolver determinada região e lançam o desafio e a necessidade de desenvolver políticas públicas para assegurar a oferta de cursos adequados às vocações econômicas locais.

Em relação à extensão universitária os desafios não são menos importantes. Há uma necessidade de fortalecer o sistema de inovação a partir de uma melhora incremental da produção, principalmente nas micro e pequenas empresas. O fraco arranjo da extensão industrial no estado, focado apenas na inovação de ponta e com a base ignorada é apontado como um dos motivos para o desempenho competitivo das empresas do Rio. Segundo especialistas, existem vários estudos para melhorar o conhecimento mínimo das empresas, mas que não são aplicados pela baixa importância que se dá às melhoras incrementais. Para eles, a relação do setor produtivo com o meio acadêmico



é praticamente inexistente no Rio de Janeiro. Dar visibilidade a esse material feito dentro das universidades e que pode contribuir na formulação de políticas públicas também é algo que precisa ser trabalhado.

Propostas

Entre as sugestões apresentadas estão a criação de um consórcio entre as 17 universidades e 26 institutos de pesquisas existentes no Rio de Janeiro visando à elaboração de propostas que possam contribuir para o alinhamento das vocações regionais e a oferta de cursos nas universidades no estado. Além das ações do consórcio, está prevista a elaboração de um mapa da demanda de cursos técnicos no estado, um mapa do grau de maturidade das empresas e outro com as potencialidades das universidades. A ideia é, ao final desse trabalho, produzir um documento com orientações para os novos prefeitos e gestores públicos na elaboração de políticas públicas que levem ao desenvolvimento regional.

Outros temas debatidos

- Em tempos de crise econômica e escassez de recursos, parcerias com a iniciativa privada e com organismos internacionais podem ser a solução para que as universidades do estado do Rio mantenham e ampliem projetos de desenvolvimento científico. A Euraxess Links disponibiliza ferramentas que fornecem acesso às informações e aos serviços para quem deseja estudar e desenvolver pesquisas na Europa. A iniciativa da União Européia, que está presente no Brasil desde 2003, foi apresentada durante um dos encontros da Câmara. O objetivo é auxiliar o desenvolvimento de carreira de pesquisadores brasileiros e promover o intercâmbio entre estrangeiros que desejam estudar e trabalhar no país. Na ocasião também foram apresentados os fundos de financiamento disponibilizados pela Comissão Européia.

- A reforma do ensino médio, prevista na Medida Provisória 746, vem gerando inúmeras discussões ao afetar todo o sistema educacional brasileiro. Membros da câmara setorial identificaram a necessidade de aprofundar o debate sobre a reforma a nível estadual. A intenção é realizar um seminário sobre o tema na Alerj, numa parceria com a Associação Brasileira de Educação e a Comissão de Educação da Alerj. O grupo também sugeriu que o Institutoo Ayrton Senna fosse convidado para falar sobre o programa Solução Educacional para o Ensino Médio, que está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. O projeto introduz uma nova proposta pedagógica nas escolas, com critérios de avaliação e gestão.



Leia + no site!

[Reforma do ensino médio será debatida em seminário na Alerj - bit.ly/2eoh6nz](http://bit.ly/2eoh6nz)

[Consórcio entre universidades e institutos de pesquisa é pauta de reunião da Câmara de Formação Profissional - bit.ly/2elQKA6](http://bit.ly/2elQKA6)

[Consórcio entre universidades e institutos de pesquisa pode alavancar competitividade dos municípios fluminenses - bit.ly/2dDVNxY](http://bit.ly/2dDVNxY)

[Fórum volta a debater a oferta e demanda de cursos nas universidades do estado - bit.ly/2dhzjD9](http://bit.ly/2dhzjD9)

[Plataforma de informação e cooperação entre pesquisadores do Brasil e da União Européia é apresentada no Fórum - bit.ly/2aB07PT](http://bit.ly/2aB07PT)

[Expansão industrial deve considerar oferta de cursos de formação profissional - bit.ly/2iFSivR](http://bit.ly/2iFSivR)



Câmara Setorial de Gestão e Políticas Públicas



Desburocratização foi o tema escolhido pela Câmara Setorial de Gestão e Políticas Públicas este ano. Nos encontros, foi possível conhecer as ações já implantadas pelo Comitê de Desburocratização do Estado do Rio de Janeiro (Descomplique-RJ), debater o quanto a burocracia contribui para aumento da informalidade nas pequenas empresas e discutir como melhorar o ambiente de negócios do estado do Rio de Janeiro.



A dispensa de reconhecimento de firma, da renovação de certidão de óbito e a simplificação do procedimento de emissão do Corpo de Bombeiros para abertura de empresas de atividades de baixo risco são frutos do trabalho do Descomplique-RJ. Criado em 2015, o comitê tem conseguido grandes avanços. Hoje, 94% dos pedidos avaliados pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) são aprovados em até 72 horas. Em parceria com a Secretaria de Defesa Civil, o comitê elaborou um decreto que simplifica a autorização do Corpo de Bombeiros para estabelecimentos de baixo risco. Outra meta é integrar os órgãos públicos que autorizam o funcionamento de empresas em um único procedimento eletrônico por meio do Sistema de Registro Integrado (Regin). A tendência é que os sistemas do Instituto do Meio Ambiente (Inea) e da Vigilância Sanitária para concessão de licenças e autorizações para atuar no território fluminense sejam unificados no Regin. O desafio apontado pelo governo foi integrar os 92 municípios ao sistema, que contava na ocasião da apresentação com a adesão de 66 cidades fluminenses.



Nos debates sobre a informalidade, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou o caráter cultural e histórico da burocracia no Brasil. O [estudo](#) indicou ser preciso criar leis e regulamentos que dêem conta de nossa realidade. Segundo Mauro Oddo, autor da pesquisa, desde 1988 são criadas 55 novas normas tributárias por dia no país, levando-se em conta as esferas federal, estaduais e municipais. A pesquisa também desmistificou a visão do indivíduo que não se formaliza para se livrar dos impostos. Foi identificado que muitas vezes o autônomo tem a intenção, mas não consegue se regularizar por conta da burocracia. Ficou claro para os presentes que é preciso eleger quais aspectos culturais precisam ser superados para se chegar a um estado desenvolvido e qual o custo da informalidade. Para Oddo, “mudar a cultura em um país como o nosso não é difícil porque somos um povo flexível e aberto”.

Ainda nessa linha, o Fórum de Desenvolvimento do Rio criou, em julho, um conselho

consultivo para debater o projeto de lei Nº 294/2015, de autoria do deputado Pedro Fernandes (PMDB), que propõe consolidação e a simplificação das leis estaduais referentes à indústria e comércio de produtos e serviços no estado. Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil ocupa a 123ª posição no ranking geral sobre a facilidade de se realizar negócios, dentre 190 países pesquisados. As sugestões recolhidas foram encaminhadas ao gabinete do deputado que pretende consolidá-las e rerepresentar o texto. Participaram deste conselho consultivo representantes da Firjan, Fecomércio, Sebrae, CRC-RJ, Adesg, SindRio e Rio Convention Bureau.

Próximos Passos:

- Realizar um evento para debater e apresentar ações nos três níveis de Poder (federal, estadual e municipal) para combater a burocracia e melhorar o ambiente de negócios no estado.

Leia + no site!

[Processo de desburocratização avança no estado do Rio de Janeiro - bit.ly/2ifH7ap](http://bit.ly/2ifH7ap)

[Especialista afirma que para superar informalidade é preciso mergulhar na cultura brasileira - bit.ly/2j8HrHP](http://bit.ly/2j8HrHP)

[Alej irá organizar evento para promover ações sobre desburocratização no estado - bit.ly/2dDRJ4j](http://bit.ly/2dDRJ4j)



O tempo para abrir uma empresa no RJ está mais curto

Segundo o relatório Doing Business, divulgado anualmente pelo Banco Mundial, o prazo para abertura de um empreendimento apresentou uma redução de 54 dias, em 2015, para 45 dias em 2016.

A redução no prazo no Rio de Janeiro é fruto do trabalho do Comitê de Desburocratização, com objetivo de simplificar o processo de abertura de empresas no Estado.



Câmara Setorial de Infraestrutura e Logística

O desafio da Câmara Setorial de Infraestrutura e Logística foi estimular o desenvolvimento do setor e debater alternativas para a crise econômica que o estado atravessa. Nos encontros foram debatidas as Parcerias Público-Privadas (PPPs), o Plano Estratégico de Logística de Cargas (PELC-RJ) 2045 e a Zona Internacional de Serviços Logísticos (Zis-L).

O déficit em infraestrutura enfrentado no país e a atual crise orçamentária, em que não há recursos governamentais disponíveis para investir em obras e serviços públicos impõem altos custos à sociedade. Uma das alternativas apontadas por especialistas para reverter esse quadro são as concessões e PPPs para viabilizar projetos de infraestrutura.

Ambos os atores, o público e o privado, integraram um painel que contou com a presença da subsecretária de Parcerias Público-Privadas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Maria Paula Martins; do presidente da Associação de Empresas de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), Luiz Fernando dos Santos Reis; e do diretor executivo da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), Cristiano Prado. O objetivo foi conhecer o projeto de Parcerias Público Privadas do estado e sugerir modelos que permitam que o Rio de Janeiro não interrompa o ciclo de melhoria de sua infraestrutura.

Outro tema debatido foi o [Plano Estratégico de Logística e Cargas do Estado do Rio de Janeiro \(PELC-RJ\)](#). Lançado pela Secretaria de Estado de Transportes, o estudo mapeou os principais gargalos logísticos fluminenses visando à integração entre as principais zonas econômicas do estado. Segundo a secretaria, o PELC-RJ 2045 tem a expectativa de se consolidar como um plano orientador de políticas públicas na área de logística de cargas, com prioridades bem definidas, e servir como ferramenta para que o Estado do Rio se consolide como um sistema logístico de classe mundial, assumindo sua vocação como centro de ligação para grandes mercados consumidores, nacionais e globais, na distribuição de produtos e cargas.

Em parceria com o Comitê de Transportes da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio), foi realizado um painel sobre a implantação da Zona Internacional de Serviços Logísticos (Zis-L), que visa a transformar o estado num hub mundial e dar excelência à infraestrutura e logística já existente entre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Centro-Oeste brasileiro.



Leia + no site!

[Câmara setorial de infraestrutura e logística discute como destravar os investimentos em 2016](http://bit.ly/2ifUG9T)
bit.ly/2ifUG9T

[Fórum vai debater como viabilizar parcerias público-privadas em pequenos projetos](http://bit.ly/2iUK1BZ)
bit.ly/2iUK1BZ

[Fórum debate Parcerias Público-Privadas em obras de infraestrutura](http://bit.ly/2hVx3ST) - bit.ly/2hVx3ST

[Continuidade do PELC/RJ 2045 depende da aprovação de plano de governança](http://bit.ly/2cr1900)
bit.ly/2cr1900

[Zona Internacional de Serviços Logísticos será tema de reunião do Fórum](http://bit.ly/2epXyRn)
bit.ly/2epXyRn

[Instituições estão mapeando oportunidades de parcerias público-privadas no estado](http://bit.ly/2gCduzJ)
bit.ly/2gCduzJ

[Plano de Logística de Cargas propõe medidas para que Estado do Rio se torne referência mundial](http://bit.ly/2jTuWUC)
<http://bit.ly/2jTuWUC>





Câmara Setorial de Tecnologia

Reconhecida como o motor da nova economia, a inovação tecnológica ganhou um novo marco legal em nível federal (Lei 13.243/16) que incentiva as atividades de pesquisa científica; prevê isenção e redução de impostos para importação de insumos nas empresas do setor; facilita processos licitatórios; e amplia o tempo máximo que os professores universitários poderão se dedicar a projetos de pesquisa e extensão.

Para adequar a lei estadual de inovação a este marco regulatório Federal, a Câmara Setorial de Tecnologia fechou parceria com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e definiu um cronograma de encontros para debater a importância da inovação e as formas de estimulá-la no estado.

Dentre as sugestões já apresentadas estão a inclusão da inovação social e a mudança no termo “transferência de tecnologia” para “transferência de conhecimento”. A não convocação do Conselho Estadual de Inovação prevista na lei em vigor também foi identificada com um entrave para a construção de uma política consistente no estado.

Para os membros da Câmara, a adaptação da lei precisa contemplar as vocações do estado, como a indústria de entretenimento. Segundo eles, a transferência de conhecimento irá fomentar a inovação nos setores produtivos em que o Rio tem vocação e ajudar o estado a sair da crise.

Na sequência, representantes de 11 dos 24 Núcleos de Inovação Tecnológicas (NITs) fluminenses associados ao Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec) apresentaram o atual status dos projetos dos NITs e suas sugestões em relação ao marco legal. Foi possível identificar gargalos comuns na elaboração de um ambiente de incentivo ao setor. A falta de cultura de inovação nas instituições, a escassez de recursos, a dependência das fundações de apoio para própria sobrevivência e a falta de financiamento da prova de conceito foram alguns dos entraves citados pelos participantes. Também foi identificada a necessidade da criação de uma rede que permita que as instituições trabalhem em parceria como uma saída para a falta de orçamento.

Empresários desconhecem linhas de financiamento da inovação:

A “Pesquisa e Diagnóstico – Práticas de Financiamento e Fomento para a inovação do Estado do Rio de Janeiro” realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) foi apresentada pela primeira vez ao público na Câmara Setorial de Tecnologia e revelou quais são as principais carências e demandas relacionadas ao financiamento e fomento para inovação. O desconhecimento das linhas de financiamento foi citada por 46% dos entrevistados. Já entre as empresas que tentaram obter financiamento, 32,9% declararam enfrentar dificuldades e, dentre eles, 53,8% apontaram as certidões exigidas como o principal entrave.

Próximos Passos:

- Dar prosseguimento aos debates sobre o novo marco legal de inovação no estado, consolidar as alterações e encaminhá-las à secretaria de estado de ciência e tecnologia

Leia + no site!

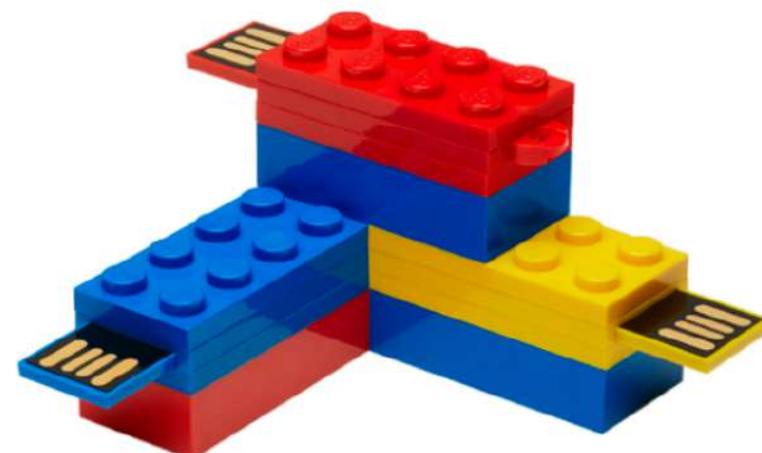
[Câmara setorial de tecnologia discute mudanças na Lei estadual de inovação tecnológica bit.ly/2ilQq3m](http://bit.ly/2ilQq3m)

[Pesquisa aponta que 46% dos empresários desconhecem linhas de financiamento à inovação bit.ly/2hVEedl](http://bit.ly/2hVEedl)

[Jogos Olímpicos podem alavancar internacionalização de empresas de TI - http://bit.ly/2hVAh8X](http://http://bit.ly/2hVAh8X)

[Fórum inicia ações para adaptação da lei estadual de inovação tecnológica ao marco regulatório federal bit.ly/2fiNsUH](http://bit.ly/2fiNsUH)

[Encontro de núcleos de inovação debate propostas de aperfeiçoamento de lei estadual - bit.ly/2fZYXwg](http://bit.ly/2fZYXwg)





Grupos de Trabalho



No fim de 2015, o Fórum criou dois grupos de trabalho para tratar de temas transversais e que extrapolavam os temas das câmaras setoriais. Esses grupos, integrados por instituições que já compõem o Fórum e por outras convidadas, permitiu a troca intensa de informações.



Grupo de Trabalho Negócios Sociais

O que são negócios sociais?

Uma empresa onde a viabilidade econômica e a preocupação social e ambiental têm a mesma importância: essa é definição básica para negócios sociais, setor que vem crescendo no Brasil e no mundo.



Os negócios sociais vêm ganhando destaque no cenário brasileiro. Porém, o setor ainda carece de maior definição sobre a sua área de atuação, para atrair agentes financeiros e captar recursos, e de regulamentação a partir de uma legislação específica, como já acontece em outros países. Para colocar o assunto em pauta foi criado um grupo de trabalho que reúne empreendedores, representantes de instituições apoiadoras, consultores e pesquisadores. O primeiro passo foi mapear os negócios sociais no estado e conhecer quem são seus atores e que iniciativas já estão sendo implantadas.

Nos dez encontros realizados ao longo do ano, foi possível identificar *clusters* de oportunidades e potenciais conexões entre os atores que podem ajudar a fomentar os negócios sociais no estado do Rio. A criação de um mapa sistêmico por meio da troca de informações entre os participantes foi um dos produtos das reuniões. O grupo ressaltou a importância da elaboração do mapa para alavancar os negócios sociais no território fluminense. Também foi detectada a necessidade de uma maior aproximação com agências de microcrédito, como a Agência Estadual de Fomento (Agerio) além de uma maior visibilidade no âmbito digital para as atividades do setor, esclarecendo como funcionam os negócios sociais.

A Pesquisa “Ecosistema de Negócios de Impacto Social do Rio de Janeiro” do Sebrae também foi apresentada aos participantes. Realizada entre março e junho, ela buscou entender em profundidade questões como o desenvolvimento do setor no estado, o entendimento do conceito de negócios de impacto, além dos desafios e soluções propostas. O estudo contou com a contribuição de dez instituições de apoio a negócios sociais, entre elas o Fórum, e resultou também num Guia de Bolso dos serviços ofertados para esse setor.



Gargalos

Entre os gargalos do setor apontados pelo GT estão a ausência de legislação específica, o desconhecimento de fontes de financiamento, a falta de apoio, a ausência de capital de giro e financeiro, a falta de profissionais qualificados, a dificuldade de elaborar projetos, a baixa divulgação do conceito na sociedade e a dificuldade operacional de alcançar escala e diminuir custos.

Outros Temas

A atração de investimentos no setor também foi debatida durante os encontros com gestores de fundos de investimento e incubadoras, assim como o uso de plataformas de financiamento coletivo para projetos que tenham algum impacto social, cultural ou ecológico.

Leia + no site!

[Fórum cria grupo para incentivar empreendimentos sociais - bit.ly/2iMS2M8](http://bit.ly/2iMS2M8)

[Estudos e ferramentas buscam impulsionar o empreendedorismo socioambiental - bit.ly/2iUPHfj](http://bit.ly/2iUPHfj)

[Tendência é que crowdfunding chegue a movimentar US\\$90 bilhões nos próximos anos - bit.ly/1Y3gANG](http://bit.ly/1Y3gANG)

[FGV pode trazer expertise em políticas públicas para grupo de negócios sociais do Fórum - bit.ly/29h45MI](http://bit.ly/29h45MI)

[Sebrae-RJ apresenta resultado de pesquisa sobre negócios sociais no estado em reunião do Fórum - bit.ly/2bZsioM](http://bit.ly/2bZsioM)

[Oportunidades para o fomento dos negócios sociais no estado do Rio começam a ser mapeadas pelo grupo de trabalho do Fórum - bit.ly/2d0tAjG](http://bit.ly/2d0tAjG)

[Finanças sociais ajudam negócios de impacto a atrair investimentos - http://bit.ly/2j5UDgq](http://http://bit.ly/2j5UDgq)

Quem Participa do GT?

Coach Empreendedorismo - Compras do Bem - Carpa Consultoria - Criar - Criativo Social
Emude Tecnologia em Cidades - Enactus CEFET - Enactus FGV - Faz Sentido - FGV
FGV Projetos - FGV-SP - HEALTHLZLUB - Incubadora de Empresas de Design UERJ - INNESA
Insolar - Instituto Gênesis - Inteligência Social - ITESS CEFET/ RJ - Kilombu Longevidade Brasil
Make Sense - Mão Santa - MART - Movanos/Movimento Nosso - Projeto Ruas





Grupo de Trabalho Articula Maré

O fórum Articula Maré visa à articulação entre a sociedade civil, autoridades e organizações não-governamentais que atuam no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio, sob coordenação da Alerj, em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) e a Prefeitura do Rio. Os sete encontros realizados em 2016 reuniram gestores de instituições como Senac, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Regional de Contabilidade, o Tribunal de Justiça do Rio, além de receber os presidentes das associações de moradores das 16 comunidades que fazem parte do Complexo. O foco do trabalho foi aproximar as instituições do Sistema S, ONGs e órgãos de governo estaduais e municipais e apresentar suas ações no território, articulando-as e mobilizando os cidadãos a participar. Outros temas também abordados foram a regularização fundiária e o trabalho desenvolvido pelo Exército na Maré, como o programa Forças no Esporte.

O Senac apresentou o programa Portal do Futuro, que tem como objetivo capacitar os jovens para a sua primeira experiência profissional. Direcionado a alunos matriculados no ensino médio, o projeto é composto por oficinas de aprendizagem prática que trabalham questões de postura profissional, responsabilidade, assiduidade e comprometimento com a empresa. Com uma unidade em frente à Maré, a gerente de responsabilidade social do Senac-RJ explicou que há um desconhecimento por parte da comunidade e que sobram vagas nos cursos oferecidos. O Complexo também recebeu a Feira de Empregabilidade realizada em janeiro pelo Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes (Sindrio), quando 42 pessoas tiveram seus currículos encaminhados e 20 foram contatadas.

No encontro realizado em junho um grupo de instituições, alinhadas em suas propostas, criou um grande círculo de oportunidades para os moradores. Representantes da Federação das Associações dos Moradores de Favelas do Município do Rio de Janeiro (FAF-RJ), Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ), Associação de Moradores do Piscinão de Ramos e o Programa Caminho Melhor Jovem, presentes ao evento, assistiram a apresentações da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), da Escola de Talentos e do Sindicato de Bares, Hotéis e Restaurantes (SindRio).

A Escola de Talentos, OSCIP com sede em Bonsucesso que oferece diversos cursos para as áreas de telemarketing, gastronomia, auxiliar de RH, entre outros e já qualificou mais de 6 mil pessoas, divulgou o seu trabalho junto aos moradores da Maré. Em uma parceria com o SindRio, eles recebem potenciais candidatos às vagas oferecidas nos estabelecimentos da cidade para um curso de atualização e reciclagem profissional para que aumentem as chances de contratação. Na ocasião, Davi Trindade, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), fez uma apresentação sobre planejamento

financeiro, destacando a importância de prever despesas, evitar a impulsividade e fazer reservas. Ele falou também sobre o concurso “Meu Pé de Meia” que premiou vídeos e posts no Facebook com o tema “Orçamento Doméstico”. Carlos Virtuoso, do CRC-RJ, ofereceu apoio do programa de voluntariado da instituição, que dá cursos gratuitos de educação financeira e aconselhamento via Skype. Ressaltou também que a instituição pode ser parceira de entidades de capacitação e empreendedorismo, ajudando na legalização e na elaboração de estatutos. Em junho, o Articula Maré recebeu o coordenador do Rio+Social, Pedro Veiga, que falou sobre o “Mapa Rápido Participativo” na Maré, realizado pelo Instituto Pereira Passos. Segundo Veiga, a atividade tem como objetivo fazer um diagnóstico urbano da comunidade indo a fundo em questões como distribuição de água. O mapeamento, que já foi realizado em 26 favelas cariocas teve como meta realizar, pelo menos, 65% do Complexo da Maré em 2016.

Outro tema que avançou foi a regularização fundiária da Maré. A presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado (Iterj), Elizabeth Mayumi, participou de vários encontros. Vila do João, Praia de Ramos e Parque Roquete Pinto foram as comunidades do Complexo escolhidas para iniciar o processo ainda em 2016, beneficiando cerca de 50 mil moradores. A escolha das comunidades se deu após o órgão convocar os presidentes de associações de moradores de todas as 16 comunidades para uma reunião no Iterj para apresentar as fases do projeto e como ele é desenvolvido.

O Exército, que voltou a sediar as reuniões do Fórum Articula Maré no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), apresentou o trabalho desenvolvido junto à comunidade. O coronel Luiz Cyrillo, comandante do CPOR, falou sobre o programa Forças no Esporte (Profesp), realizado por voluntários e militares. O projeto promove a inclusão social por meio da prática de esportes a 200 crianças de 8 a 15 anos e oferece também aulas de reforço de português e matemática e rodas de conversa sobre temas transversais. Todos os jovens atendidos são do sistema público de ensino e são encaminhados pela Pastoral da Criança. A realização das Olimpíadas e Paralimpíadas inviabilizou a continuidade das reuniões no segundo semestre do ano.

Quem Participou do GT?

ADESG-RJ - AGERIO - Caminho Melhor Jovem - CCOP/MML - CCSMARE - CEDAE-RJ - CML
Comissões de Direitos Humanos da Alerj - COPPE/ UFRJ/ALERJ - CPOR/RJ - CVM - Escola de
Talentos - FAETEC - FAF Rio - FECOMÉRCIO - FETRANSPOR - IBAM - INEA/SEA - Instituto
Gente do Amanhã - IPP - PCRJ - IPP/RIO + SOCIAL - ISBET - ITERJ - Juventude Relevante
Maratona da Maré - Observatório de Favelas - Pacto Carioca - PMERJ - PVCC/CRC-RJ - Radio
Maré - Reaja - Redes da Maré - Rio Criança Cidadão RIO+SOCIAL/ IPP - SEBRAE RJ - SEC
SIM-RJ - SEEDUC-RJ - SEELJE - SENAC-RIO - SESEG - SEST SENAT - SINDRIO - Sistema OCB/RJ
- SESCOOP/RJ - TJRJ - UFF - UNISUAM - VIVA RIO

Leia + no site!

[Articula Maré integra entidades e iniciativas para a preparação de jovens profissionais bit.ly/2jito2m](http://bit.ly/2jito2m)

[ITERJ convida presidentes de associações de moradores da Maré a conhecerem processo de regularização fundiária - bit.ly/2jj49Bb](http://bit.ly/2jj49Bb)

[Exército apresenta trabalho desenvolvido junto à comunidade no Fórum Articula Maré bit.ly/2jj1gJL](http://bit.ly/2jj1gJL)

[Articula Maré une instituições e propostas em torno de empregabilidade e renda bit.ly/1Q7QojQ](http://bit.ly/1Q7QojQ)

[Fórum Articula Maré faz balanço e define os próximos passos - bit.ly/29DqyFx](http://bit.ly/29DqyFx)





Eventos





Em 2016, o Fórum realizou uma série de debates que abordou temas estratégicos para a retomada do crescimento de diferentes setores da economia. Nas próximas páginas, você irá encontrar uma síntese dos principais assuntos que reuniram poder público, empresários e acadêmicos no Plenário da Alerj e no interior do estado, e as propostas que surgiram desses debates.

Meio Ambiente em Debate



Representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estiveram reunidos no Plenário da Alerj para o Seminário Internacional “Meio ambiente em debate”. O encontro, realizado no dia 18 de março, foi organizado pela Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (AJUFERJES), em parceria com Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro e com a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ELERJ).

O objetivo foi debater os desafios para a proteção do meio ambiente e gerar material de referência para que os juízes possam usar como base de consulta em suas decisões. O evento contou com a presença de autoridades no tema do Brasil, Estados Unidos, além do meio acadêmico e de demais associações.

Foram discutidas ações que devem ser colocadas em prática para garantir o desenvolvimento sustentável, como a criação de um marco legal para a governança da Baía de Guanabara. O desastre ambiental de Mariana (MG), os problemas no desmatamento da Amazônia, no incentivo de energias renováveis e no combate ao uso dos combustíveis fósseis também foram citados pelos participantes.

O especialista em direito ambiental Michael Gerrard, professor da Universidade Columbia, em Nova York, apresentou exemplos da importância do Judiciário e do Legislativo nos cuidados com as mudanças climáticas. Ele relatou que as cortes de Justiça nos Estados Unidos implementaram medidas aprovadas pelo Congresso em casos julgados ligados ao clima e afirmou que outros países já estão indo além com cortes que usam princípios gerais do Direito para garantir que os governos se protejam contra as alterações climáticas.

Participaram do evento o juiz federal e presidente da AJUFERJES, Wilson José Witzel, o desembargador federal André Fontes; o ministro do STJ e diretor do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), Og Fernandes; o promotor e presidente da AMPERJ, Luciano Mattos, a juíza de direito e presidente da Amaerj, Renata Gil, o deputado estadual Carlos Minc; o então secretário de Estado de Ambiente, André Corrêa; o professor Haroldo Mattos de Lemos, presidente do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro; o professor Juarez Freitas da PUC-RS; o ministro do STJ, Herman Benjamin, dentre outros.

Leia a matéria completa:



Trazer mais conhecimento e ferramentas para pensar de forma estratégica a economia: este foi o objetivo do workshop promovido pelo Fórum, que reuniu os pesquisadores Elton Eduardo Freitas e Thiago Bernardo Borges, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) para apresentarem o DataViva. A plataforma aberta de dados socioeconômicos dos municípios do país foi criada para auxiliar na elaboração de políticas públicas que visam ao desenvolvimento e à definição das vocações de uma determinada região. O evento, realizado no dia 31 de maio, contou com a parceria da Escola do Legislativo e com a presença de parlamentares, assessores e representantes de outros órgãos públicos.

Desenvolvida pelo Governo do Estado de Minas Gerais com o Instituto de Tecnológica de Massachusetts (MIT), a plataforma reúne dados dos últimos dez anos referentes à economia, educação, indústria, mercado profissional, entre outras categorias visualizadas por localidade. As fontes usadas são: Emprego e Renda (RAIS), Comércio Exterior Brasileiro (SECEX/MDCI), Educação Básica e Ensino Técnico (Censo Escolar), Ensino Superior (Censo da Educação Superior) e Comércio Internacional (UN Comtrade). Sendo assim, ela permite ao usuário explorar e consultar questões como: Quem são os principais parceiros comerciais para as importações e exportações de estado ou município? Quais as ocupações que mais empregam em determinado município ou no país? Qual o tipo de mão de obra mais abundante na minha região? Que tipo de indústria é mais adequado às capacidades de determinado município? Ela pode ser acessado pelo site www.dataviva.info

O DataViva é uma ferramenta de livre acesso, gratuita e que oferece mais de cem milhões de visualizações de dados sobre atividades econômicas em todas as cidades do país e também compará-los. Criada para colaborar com o setor público e a sociedade civil, possui informações que podem fundamentar importantes tomadas de decisão.

Leia a matéria completa:



Workshop sobre Dataviva



#SuperaRio



Abrir o diálogo para que o Rio volte a crescer foi o objetivo do #SuperaRio, série de quatro eventos regionais, em parceria com a InterTV, afiliada da TV Globo. O projeto, idealizado pelo deputado Wanderson Nogueira (PSol), aconteceu durante o mês de junho nas regiões Serrana (Nova Friburgo), Norte (Campos), Noroeste (Itaperuna) e na região dos Lagos (Cabo Frio), reunindo cerca de 500 pessoas, dentre políticos, representantes da sociedade civil organizada e especialistas que debateram o cenário atual, os desafios e apresentaram sugestões visando a criar uma agenda regional para o Parlamento calcada nas potencialidades dos municípios. Ao final de cada encontro foi redigida uma carta com as propostas apresentadas.

Alguns temas debatidos foram comuns aos quatro encontros. A criação de câmaras de desenvolvimento regional integradas com o objetivo de estimular uma discussão mais estruturada na elaboração de planos e ações do estado foi a principal medida defendida durante os eventos. Elas se dariam a partir da formação de grupos multidisciplinares com a participação da sociedade civil e das esferas de poder municipais e estadual que estabeleçam uma discussão permanente e como consequência valorizariam os potenciais regionais num momento em que o estado busca formas de sair da crise e voltar a crescer.

A revisão do pacto federativo também foi ressaltada. Verificou-se a necessidade de um planejamento efetivo de políticas e ações coordenadas entre municípios e o estado para que as regiões voltem a crescer.

Com uma produção abaixo da sua capacidade, a indústria leiteira foi citada em três dos quatro encontros visando à elaboração de políticas públicas que contribuam para a retomada da produção leiteira do estado. Segundo dados apresentados pelo Sistema Firjan no evento da Região Serrana, a capacidade instalada de produção de leite é 55% ociosa no estado do Rio de Janeiro, mesmo com uma produção de 540 milhões de litros por ano (IBGE/2014). A produção, no entanto, atende a apenas 19,5% da necessidade de consumo fluminense. O projeto de lei 2001/2016 foi fruto desses encontros. Assinado pelo presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani, e pelos deputados Bruno Dauaire, Geraldo Pudim, Jair Bittencourt, Janio Mendes, Jorge Felipe Neto, Marcia Jeovani, Paulo Ramos, Waldeck Carneiro e Wanderson Nogueira, o projeto cria o Programa de Qualidade na Produção, Transporte e Comercialização de Leite no Estado do Rio de Janeiro. De autoria dos deputados que participaram dos eventos do #SuperaRio, o projeto está em tramitação na Casa e tem como foco coibir fraudes e adulterações no leite, preservar a saúde pública e ampliar os

mercados interno e externo. O Programa de Qualidade estabelecerá regras para o setor, com benefícios sociais e econômicos para todos os integrantes da cadeia produtiva leiteira. Ainda sobre este tema, o Fórum foi convidado a acompanhar os desdobramentos da pesquisa sobre incentivos à cadeia leiteira do Estado do Rio de Janeiro, que está sendo realizada pelo Sindlat e a Firjan. O objetivo deste estudo é apontar os principais gargalos e distorções a serem corrigidas.

Região Serrana

O primeiro encontro, em Nova Friburgo, reuniu representantes da Região Serrana (Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Carmo, Cantagalo, Duas Barras, Bom Jardim, Cordeiro, Macuco, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena) no auditório da CDL, no dia 13 de junho. O cenário atual, os desafios do estado e as alternativas para o desenvolvimento da Região Serrana, que contempla 14 dos 92 municípios do estado, impactando 5,2% da população fluminense (859 mil habitantes), foram discutidos durante o evento.

A inclusão do município de Petrópolis na Região Metropolitana foi defendida, porém com a preocupação de mantê-lo no mapa turístico da Região Serrana. A importância de se olhar para os municípios que compõem a região e agrupá-los por perfis econômicos de forma a contemplar sua diversidade foi sugerida, assim como a criação de um Plano Diretor Regional de Desenvolvimento para integrar setores industriais complementares e afins com incentivo fiscal específico para toda a cadeia. Ações que promovam a desburocratização em nível estadual e municipais e que contribuam para a abertura e encerramento de empresas, melhorando o ambiente de negócios, também estiveram em pauta.

Leia a matéria completa:



#SuperaRio



#SuperaRio



Região Norte

A Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) sediou, no dia 20 de junho, o segundo #SuperaRio. Representantes da Região Norte (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra), debateram as ações já em curso para traçar medidas objetivas, com base no desenvolvimento sustentável da região. A necessidade de se investir no crescimento ordenado do norte fluminense, responsável por 14,8% do PIB estadual, 33,2% do PIB industrial Fluminense e que reúne 5,5% da população estadual (905 mil habitantes), permearam as discussões.

Os presentes ao encontro sugeriram um novo olhar e proteção à produção de carnes bovinas, sobretudo pela estrutura industrial existente na região, assim como a vocação para o agronegócio e a agricultura familiar no norte fluminense. Obras de infraestrutura também foram mencionadas como a modernização e ampliação da estrutura aeroportuária e a ligação rodoviária com o Porto do Açú.

A criação, preservação e adequação de zonas industriais e empresariais, além da adaptação da logística e da mobilidade urbana surgiram como propostas do debate.

Leia a matéria completa:



Região Noroeste

A cidade de Itaperuna recebeu o #SuperaRio na Região Noroeste, no dia 24 de junho. O evento fez parte da programação da feira Merconoroeste e reuniu os 13 municípios da região: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai. O noroeste fluminense é a região mais pobre do estado, com 324 mil habitantes e é responsável por 0,9% do PIB estadual. Investimentos em logística, melhoria no sistema de fornecimento de energia, gás e internet para a atração de indústrias foram as principais medidas defendidas pelos participantes do encontro.

O fortalecimento das vocações regionais como a aquicultura e pesca, a cadeia produtiva de café, o setor de bebidas artesanais e a produção agroecológica integrada e sustentável foram citadas como áreas que precisam de investimentos. Segundo os presentes, é preciso dinamizar a economia do território por meio de atendimento aos pequenos negócios. A implantação de uma política de turismo para a Região Noroeste Fluminense também foi lembrada.

#SuperaRio



Leia a matéria completa:



#SuperaRio



Região dos Lagos

Cabo Frio fechou a série de quatro encontros do #SuperaRio, no dia 27 de junho, em evento realizado no Hotel Mandai. O encontro da Região dos Lagos reuniu os municípios de Araruama, Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim. O fortalecimento do turismo, a pesca, e investimentos visando a melhoria dos serviços de energia elétrica e internet estiveram na pauta. Com 790 mil habitantes e responsável por 7,4% do PIB estadual (R\$ 46,3 bilhões), enfatizando setores como o turístico, vestuário, pesqueiro, construção civil, de alimentos e bebidas.

Apesar de o setor hoteleiro ter forte presença na Região dos Lagos, apenas 40% dos estabelecimentos estão regularizados. A diminuição da carga tributária foi apontada como uma das soluções para o problema, ajudando a gerar impostos e empregos.

Além da expansão do turismo, o desenvolvimento das bases de apoio à exploração de petróleo e o fortalecimento dos setores de alimentos e bebidas também foram defendidos pelos participantes. A expansão da indústria salineira, aumentando a participação do estado a nível nacional também foi citada. Hoje, 70% do sal que abastece o estado do Rio é produzido na região, mas somente cerca de 4% do sal consumido no país vem da região.

A Região dos Lagos defendeu a articulação de ideias através do funcionamento da câmara de desenvolvimento regional, ampliando estrutura já existente.

Leia a matéria completa:



Incentivos e a Crise do Estado do Rio

A proposta de suspensão de novos incentivos fiscais por dois anos (Projeto de Lei 1431/2016), com exceções das áreas de cultura e esporte, motivou o debate "Incentivos e a Crise do Estado do Rio", realizado no dia 22 de junho, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O Fórum e o Parlamento convocaram a sociedade e os setores industrial e de comércio e reuniram as visões existentes sobre o assunto de forma a extrair um posicionamento amplo e democrático para que o Legislativo aperfeiçoasse o texto, preservando os interesses do estado. Representantes da Firjan, Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro marcaram presença assim como a Secretaria Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços e o Tribunal de Contas do Estado (TRE-RJ).

Segundo dados da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), o estado deixou de arrecadar R\$ 9,3 bilhões em 2015 com a concessão de incentivos. Os empresários presentes foram contrários ao projeto de lei. Segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) os incentivos foram responsáveis por trazer para o estado 231 empresas e entre 2008 e 2015, que arrecadaram R\$ 721 milhões em impostos. A mesma pesquisa apontou que o Rio pode perder 98 mil postos de trabalho com a suspensão dos benefícios, gerando grave insegurança jurídica para as empresas, e deixaria o Rio de Janeiro em desvantagem competitiva. Para o governo, os incentivos fiscais são fundamentais para a recuperação econômica do estado.

A última auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre os incentivos fiscais aconteceu em 2014 e, na ocasião, faltaram informações detalhadas do Executivo sobre os benefícios concedidos. A falta de estudos necessários por parte do governo para quantificar o impacto orçamentário-financeiro causado pelos benefícios concedidos também foi criticada.

Em dezembro de 2016 o projeto foi aprovado e sancionado com modificações. O texto da lei pode [ser conferido aqui](#)



Leia a matéria completa:



Modelando a Governança da Metr pole:



Um novo modelo de gestão para os 21 municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde vivem dois terços da população do estado (cerca de 12 milhões de pessoas), é o que propõe o projeto de lei complementar n  10, de 2015 (PLC 10/2015). A proposta de autoria do Poder Executivo institui medidas para a criação de uma governanç a compartilhada da região para possibilitar o planejamento de políticas públicas integradas em áreas como saneamento, mobilidade urbana e resíduos sólidos. Debater os desafios e soluções para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro visando a construção de um plano estratégico de desenvolvimento urbano integrado foi o objetivo da série de eventos Modelar a Metr pole, organizados pelo Fórum de Desenvolvimento do Rio, no Plenário da Alerj. Foram três encontros nos dias 29 de junho e 6 e 12 de julho, que reuniram representantes do poder público, empresariado, concessionárias, academia e sociedade civil.

O primeiro evento apresentou a metodologia de elaboração do plano diretor da região metropolitana sob a  tica do Legislativo. O diretor executivo da Câmara Metropolitana, Vicente Loureiro, e Alexandre Weber, do Consórcio Quanta-Lerner, responsáveis pelo projeto, abordaram as etapas da construção do plano e os próximos passos. A participação da sociedade nesse processo, os prazos e a importância da instituição da governanç a compartilhada (PLC 10/2015) para dar sustentação ao plano também foram destaques.

O crescimento desordenado das cidades da região metropolitana fluminense e falta de políticas públicas integradas nortearam a necessidade de elaboração de um modelo de desenvolvimento que tenha como princípio traçar planos conjuntos para o desenvolvimento econ mico, revitalização ambiental e políticas habitacionais nos próximos 25 anos (até 2040), com investimentos e acompanhamento do Banco Mundial. A consolidação do plano de a o, que irá determinar o que precisa ser feito na região, tem previsão de ser apresentado e discutido na Alerj no primeiro semestre de 2017.

O PLC 10/2015

O segundo encontro trouxe   discussão o Projeto de Lei Complementar (PLC) 10/2015, que está tramitando na Alerj e já recebeu mais de 200 emendas. O texto, enviado à Casa pelo Poder Executivo em setembro de 2015, determina a criação de conselhos consultivos e deliberativos, além de uma  gncia executiva,

com o objetivo de estabelecer uma governança conjunta para a região. Foram esclarecidas dúvidas dos parlamentares e apresentado o posicionamento das entidades engajadas no tema. A iniciativa da audiência foi ao encontro de uma solicitação dos deputados que alegaram precisar de mais tempo e informações para analisar o modelo de integração da região metropolitana proposto pelo Executivo. A ideia de um plano integrado ganhou força com a criação do Estatuto das Metrôpoles, sancionado pelo Governo federal em 2014.

A proposta institui como integrantes da Região Metropolitana os municípios do Rio, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.

Diálogo e Participação

O último evento focou na proposta de criação do Conselho Deliberativo e sua estrutura operacional, do qual farão parte os 21 municípios da região metropolitana e o governo do estado e foi debatida com os prefeitos e universidades no plenário da Alerj. Neste encontro o objetivo foi aprofundar a reflexão sobre o peso atribuído a cada município no conselho deliberativo e as formas de participação da sociedade civil no conselho consultivo. De acordo com o PLC 10/2015, o Conselho Deliberativo terá a atribuição de planejar e decidir de forma conjunta políticas públicas e nas decisões, o voto do Estado teria peso 30 e o peso dos demais municípios variaria de acordo com o tamanho de sua população.

Além do Conselho Deliberativo, o projeto prevê também a criação do Conselho Consultivo, composto por 45 membros do poder público, do setor empresarial, ONGs e outros representantes da sociedade civil. Eles não terão poder de voto, ou seja, não participarão das decisões, mas serão responsáveis por monitorar o planejamento e as ações relacionadas à região metropolitana. O projeto de lei complementar cria também uma agência executiva, que tem como função colocar em prática as decisões do Conselho Deliberativo

Pontos debatidos:

- Segurança da Região metropolitana
- Descentralização de oferta de empregos e serviços na área metropolitana. Atualmente, 75% dos postos de trabalho e 85% dos leitos hospitalares da região se concentram na cidade do Rio
- Melhoria da mobilidade entre as cidades da região foi uma das principais demandas. Hoje o Rio tem a região metropolitana onde o trabalhador gasta mais tempo no deslocamento casa-trabalho
- Maior cobertura do saneamento, ainda precário nesse território
- Possibilidade de realização de um licenciamento ambiental conjunto entre os municípios, com a preservação do patrimônio natural e cultural da região

Polêmica!

A possibilidade de que consórcios assumam o controle de algumas áreas de infraestrutura da região metropolitana, como o saneamento básico, como consta no artigo 5º, inciso VII, do PLC 10/2015 causaram polêmica entre sindicato e funcionários da CEDAE, que estiveram presentes nos três encontros. Eles se posicionaram contra a possibilidade de privatização da companhia.

Leia a matéria completa:



bit.ly/29Vrj9h

Plataforma Juventude Segura



O Fórum apoiou o lançamento da Plataforma Juventude Segura, idealizada pela Secretaria de Estado de Segurança (Seseg), e incluiu a Escola do Legislativo na parceria. A Plataforma é um conjunto de ações articuladas entre diferentes setores da sociedade e do governo para a construção de políticas públicas de segurança focadas nos direitos de adolescentes e jovens. A iniciativa foi considerada pelos presentes o primeiro passo para o entendimento de que a segurança pública é um direito a ser garantido pelo Estado, mas também é um dever de todos. O encontro de abertura contou com a presença do então secretário de Segurança, José Mariano Beltrame.

Para articular e consolidar uma política pública de segurança mais eficaz, alinhada às estratégias de prevenção em seus diferentes níveis, a partir da demanda dos próprios jovens, a Plataforma Juventude Segura realizou uma série de sete encontros. Durante seis semanas, entre julho e setembro, foram organizadas rodadas de diálogos em que foram levantadas ações propositivas para a juventude sobre Políticas Intersetoriais: esporte, cultura e educação; Letalidade Violenta; Segurança e Sistema de Justiça; Política de Drogas; Armas e Abordagem Policial.

Ao todo, 40 jovens em situação de risco contribuíram para a elaboração da Plataforma, e em um diálogo franco e aberto apresentaram às autoridades, secretarias e instituições participantes sua visão de mundo sobre os assuntos abordados, com o intuito de formular um documento para servir de base para a criação de políticas públicas.

Na carta final, escrita pelos jovens, eles destacaram que conhecimento, informação e uma comunicação eficiente são as ferramentas para transformar a realidade das favelas cariocas. Eles ressaltaram, ainda, a importância de a Seseg estabelecer um canal mais eficiente com a comunidade para não criar um muro entre o morro e o asfalto. E também se propuseram a repassar todo o conhecimento a outros grupos de jovens e multiplicar o alcance da experiência.

O encontro de encerramento aconteceu no Museu do Amanhã e foi mediado pela subdiretora geral do Fórum de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, Geiza Rocha. Beltrame destacou na ocasião a importância de a Juventude conhecer a Secretaria.

Além da Secretaria de Segurança, participaram desta iniciativa a



Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Biblioteca Parque Estadual; Conselho Estadual de Juventude do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Cultura; Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude; Secretaria de Estado de Segurança; Luta Pela Paz; Museu do Amanhã; Instituto de Desenvolvimento e Gestão; Instituto Bola Pra Frente; Instituto Igarapé; Instituto Masan; Instituto Reação; TV Degase e UNICEF.

Após participar de um dos encontros, o governo federal, por meio da Secretaria Nacional da Juventude, decidiu replicar a experiência em outros sete estados do país.

Saiba+

Segundo o relatório "Juventude e Crime" (ISP,2015) a juventude é a época em que há maior propensão ao cometimento de atos delituosos. Ele aponta que 52,4% das autuações em flagrante entre 2010 e 2014 foram direcionadas a jovens de 15 a 24 anos. Isso significa que cada quatro pessoas autuadas em flagrante, uma era adolescente. Outro aspecto nos chama atenção é que adolescentes e jovens são as maiores vítimas da violência letal.



Leia a matéria completa:



Baía de Guanabara e o complexo lagunar da Barra da Tijuca pós Olimpíadas



Conhecer os planos de despoluição da Baía de Guanabara e do Complexo Lagunar da Barra da Tijuca pós-Olimpíadas e as soluções que podem dar conta desse desafio foi o intuito do debate realizado pelo Fórum no dia 22 de julho, no Plenário da Alerj.

Na ocasião, o então secretário de Estado do Ambiente, Andre Corrêa, fez uma exposição sobre o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), e sobre o estudo da governança da Baía. Corrêa explicou como está sendo desenhada a parceria público privada na área de saneamento, considerada a única opção para combater a precariedade do sistema diante da crise econômica que afeta o estado.

A melhoria no saneamento básico é um fator importante para a limpeza e a despoluição da Baía de Guanabara e do Complexo Lagunar da Barra da Tijuca. Há sete anos, as autoridades assumiram o compromisso de limpar 80% da poluição do espelho d'água para os Jogos Olímpicos. Passado o evento, no entanto, a meta não foi alcançada e a previsão é de que serão necessários mais R\$ 20 bilhões e cerca de 25 anos para concluí-la.

Ações paliativas, porém consideradas importantes, como o uso de ecobarreiras para a limpeza dos rios que levam grandes resíduos sólidos para a baía, também tiveram destaque. A implantação de Unidades de Tratamentos, consideradas de alto custo pelo governo do estado, foram apontadas também como solução por alguns especialistas.

A criação de uma gestão integrada com os municípios da Região Metropolitana destinada à limpeza das águas do estado para que o esgoto dos municípios não seja despejado no mar foi apresentado como um passo importante. Segundo especialistas do governo federal e do estado, a gestão compartilhada possibilita uma redução nos custos dos processos além de integrar vários entes envolvidos. O Projeto de Lei Complementar nº 10 de 2015, que cria a Câmara Metropolitana, está em tramitação na Alerj.



A queda na arrecadação de impostos estaduais gerou impactos diretos no caixa dos municípios fluminenses. Só o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), uma das principais fontes de receita repassada do Estado aos municípios, teve queda de 10% nos últimos doze meses, segundo dados da Secretaria de Estado de Fazenda. Com a redução drástica de seus orçamentos, as prefeituras enfrentam dificuldades para cumprir o pacto federativo, que define diversas despesas crescentes obrigatórias, como gastos com o piso salarial de professores e com saúde.

Visando a debater a recuperação econômica dos municípios fluminenses, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro sediou no dia 27 de julho um encontro entre prefeitos, representantes poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público para traçar estratégias conjuntas para o enfrentamento das consequências da crise política e econômica nacional nos municípios.

O evento, em parceria com a Associação dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (AEMERJ), reuniu 30 prefeitos e resultou na aprovação de um [projeto de lei](#) que suspendeu até o dia 31 de dezembro de 2016 o pagamento dos precatórios judiciais.

Recuperação econômica dos municípios fluminenses



O que são precatórios?

São requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.

Leia a matéria completa:



Seminário Internacional Lixo Zero

Iniciativas para reduzir a produção de lixo pautaram as discussões no Plenário da Alerj durante o 2º Seminário Internacional Conceito Lixo Zero na Prática, realizado no dia 27 de outubro, em parceria com o Instituto Lixo Zero Brasil. O evento fez parte da Semana Lixo Zero, que mobiliza comunidades e municípios na realização de ações de conscientização sobre a redução da produção de resíduos e sua correta destinação, além da geração de renda. A abertura da Semana Lixo Zero também foi realizada na Alerj e reuniu no dia 21 de outubro especialistas no tema e integrantes de ações ambientais de diferentes municípios do estado.

Essa foi a segunda vez consecutiva que o Fórum de Desenvolvimento do Rio promoveu o encontro, que esse ano recebeu os palestrantes internacionais Jo-Anne St Godard, diretora executiva do Conselho de Reciclagem de Ontário (Canadá), Lidia Signori, ecodesigner e Enzo Favorino (Itália), presidente da Comissão Científica Européia para o Lixo Zero.

Coleta porta a porta

Em Ontário, província do Canadá, foi idealizado o primeiro programa de coleta de embalagem porta a porta. Criado por um conselho de reciclagem, o programa atende a 98% da população e recicla 70% das embalagens coletadas. Já em Toronto, existe um novo serviço em que os moradores pagam pela lixeira, de acordo com a quantidade de lixo que produzem. Eles podem escolher um tamanho grande, médio ou pequeno para a lata de lixo. Com isso, quem produz menos resíduo acaba pagando menos. A ideia do projeto é motivar a mudança do comportamento da população.

Mercados sem embalagem

Lidia é fundadora e dona do primeiro supermercado sem embalagens da Europa e hoje possui 13 lojas em todo continente. Nesse modelo, as mercadorias são vendidas por peso e os clientes devem levar as suas embalagens de casa ou comprar no próprio mercado para reutilizar nas próximas compras, evitando a geração de resíduos e diminuindo o desperdício, já que as pessoas podem comprar a quantidade exata que vão consumir.



Economia circular

Enzo é um dos maiores especialistas em compostagem do mundo e destacou a importância de mudança do modelo linear de descarte para a economia circular. Ele também ressaltou o alto custo do lixo, que inclui no preço o custo de uma administração ambiental, da criação e manutenção de aterros, além de citar exemplos de metrópoles como Milão e Nova Iorque que já implementaram programas Lixo Zero em algumas partes das cidades, com coleta seletiva porta a porta.

Brasil

Segundo o Presidente do Instituto Lixo Zero, Rodrigo Sabatini, o Brasil recicla menos de 2% dos resíduos gerados. Ele ressaltou a necessidade de conscientizar a sociedade da necessidade de mudança e de responsabilizar cada indivíduo pelo lixo que produz.

Leia a matéria completa:



Outros Eventos

O Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico também marcou presença em importantes eventos em 2016:

Visita de estudantes da Casa Fluminense

O Fórum recebeu no dia 22 de junho, na Alerj, um grupo de alunos de Políticas Públicas da Casa Fluminense, instituição voltada ao debate sobre política. Após fazer uma visita guiada e acompanhar o evento sobre os incentivos fiscais no Rio, a subsecretária geral do Fórum, Geiza Rocha, fez uma apresentação para o grupo sobre o funcionamento da Alerj e do próprio Fórum.



bit.ly/28RLxj3

A Política Nacional de Resíduos Sólidos e Incentivos à Cadeia de Reciclagem

Encontro promovido pela Comissão de Tributação da Alerj e pelo Fórum de Desenvolvimento do Rio, em parceria com o Observatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Realizado no auditório Senador Nelson Carneiro, dia 5 de setembro, teve como objetivo mapear a tributação na cadeia de reciclagem e reuniu especialistas técnicos em tributação e representantes das esferas federal, estadual e municipal. A subdiretora-geral do Fórum compôs a mesa de trabalho.



bit.ly/2c7MirF

Seminário Negócios de Impacto Social

O seminário, realizado no dia 1º de setembro, buscou trabalhar a ação e a ideia com quem se interessa pela área, e quer conhecer como entrar neste setor em uma jornada de um dia de eventos paralelos na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio). O evento contou com painéis e debates sobre como avaliar o impacto do negócio social e o melhor tipo de investimento a ser feito de acordo com a natureza do negócio. A subsecretária-geral do Fórum de Desenvolvimento do Rio, Geiza Rocha, participou da mesa “Como o governo pode alavancar negócios de impacto: o papel da legislação e das compras públicas”. As principais instituições fluminenses que operam no setor também estiveram representadas no evento, organizado pelo Sebrae-RJ.



bit.ly/2bPlhFG

Novos Valores: responsabilidade social na moda - Prêmio Viés de Moda

A Alerj sediou debate sobre os desafios de inovar e as ações que contribuem para pensar moda e estilo mais sustentáveis, no dia 8 de setembro. Mediados pela subdiretora geral do Fórum, Geiza Rocha, participaram Patrícia Sant’ana, do movimento Fashion Revolution, Helena Rocha, diretora da ONG Pipa Social, e Manoela Castro, do Fler Moda. O Prêmio Rio V.I.E.S de Moda destaca iniciativas alinhadas a novas formas de consumo e ao aumento do valor agregado de produtos e serviços éticos, social e ambientalmente responsáveis.



bit.ly/2c9Coea



Comunicação



O encaixe das peças

Nos eventos e encontros do Fórum reunimos pessoas, instituições, projetos, ideias e informações para orientar e elaborar propostas que ajudem na retomada do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. A comunicação é peça fundamental nesse trabalho. Ela constrói conexões, consolida visões, promove a transparência e permite a interação entre sociedade, instituições e o Parlamento.

Para avançar no engajamento e na mobilização de organizações da sociedade civil e dos cidadãos, o Fórum investiu este ano em uma maior participação nas redes sociais, estabelecendo presença digital em novos canais como Instagram e LinkedIn. A base da nossa comunicação é o site www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br, a partir do qual se integram todos os canais e onde se concentram as notícias que são disseminadas nos mais diversos meios.

Os eventos e reuniões realizados pelo Fórum foram o foco dos nossos esforços de divulgação. Noticiamos a realização dos debates, com a intenção de mobilizar e atrair público e repercutimos o que foi debatido durante o evento. Esse trabalho foi feito com uso de mídia gratuita, com ênfase na divulgação digital por meio de e-mails marketing: convites digitais, newsletters com a programação de eventos e também com a cobertura completa (incluindo vídeos, apresentações e galerias de imagens), disparadas logo após a conclusão dos eventos. Também foi realizada a cobertura ao vivo das audiências públicas no plenário pelo Twitter, permitindo a repercussão em tempo real dos assuntos tratados.

A equipe do Fórum é responsável, ainda, pela produção e edição do programa Rio em Foco, que tem como ênfase trazer para o canal legislativo as principais tendências e debates que estão ocorrendo na sociedade.

Destaca-se ainda a parceria constante do Fórum com a Subdiretoria de Comunicação Social e Cultura da Alerj, responsável pela cobertura das atividades que ocorrem na Casa e pela produção do Jornal da Alerj, bem como com os departamentos de comunicação das 39 entidades e universidades que participam do Fórum.



Canais de Comunicação do Fórum



Site Quero Discutir o Meu Estado

www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br

O site é a base de toda a comunicação do Fórum de Desenvolvimento do Rio: reúne reportagens, anúncios de eventos e seminários, publicações, cobertura dos debates realizados pelo Fórum e pelas Câmaras Setoriais e matérias relacionadas à economia e desenvolvimento do estado. Em 2016, teve 17.778 acessos e 42.255 páginas visualizadas. Além disso, o site integra os canais de comunicação utilizados pelo Fórum para difundir informação e fomentar o debate de temas relevantes para a agenda de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, como o programa Rio em Foco.



Programa Rio em Foco

Política e economia caminham juntas no Rio em Foco, programa semanal produzido pela equipe do Fórum. Foram 42 programas inéditos em 2016, buscando trazer iniciativas inovadoras, estudos setoriais e propostas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do estado. Com a presença de parlamentares, gestores, pesquisadores e especialistas, o Rio em Foco debateu, entre outros temas, a indústria de óleo e gás, o legado dos megaeventos esportivos, a indústria criativa, a crise econômica, o mercado de orgânicos e os pagamentos móveis. O programa é exibido às segundas-feiras, às 22h, na TV Alerj (canal 12 da Net), com reprises aos sábados às 17h e domingos às 20h. Todos os programas já exibidos estão disponíveis online em nosso canal do YouTube: youtube.com/forumdesenvolvimento.



TV Alerj

Além de veicular o Rio em Foco, a TV Alerj cobre os eventos mais importantes do Fórum e as reuniões das Câmaras Setoriais. Ao longo do ano, foram 36 matérias divulgadas no Jornal da Alerj (canal 12 da Net), e no canal da TV Alerj no YouTube - www.youtube.com/AlerjTV

Rádio Alerj

A Rádio Alerj é mais um veículo de apoio na divulgação dos eventos do Fórum. Seu conteúdo é redistribuído por rádios de todo o país, e as 5 matérias sobre eventos do Fórum no ano totalizaram 831 reproduções em 773 rádios de 22 estados. A matéria "Semana do Lixo Zero alerta para a importância da reciclagem" foi o recorde de downloads entre todas as matérias da rádio no ano, com 498 reproduções. www.radioalerj.com.br

RÁDIO
ALERJ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO



Jornal da Alerj

Com tiragem de 2 mil exemplares, o Jornal da Alerj teve nove edições em 2016. O Fórum apareceu em 4 matérias do jornal durante o ano. Dois eventos foram destaque como capa das edições: o Supera Rio e as discussões sobre governança da Região Metropolitana. Além disso, o Fórum é responsável pelo conteúdo da coluna Alerj Sustentável, presente em todas as edições do jornal, que noticia as ações da agenda ambiental da Casa, coordenada pelo Fórum.

Diário Oficial do Poder Legislativo

Em versões impressa e digital, permitindo a leitura online, o Diário Oficial do Poder Legislativo publica semanalmente um caderno de notícias. Os eventos e reuniões promovidos pelo Fórum foram destaque em 13 das 45 edições do caderno, com 3 matérias de capa.

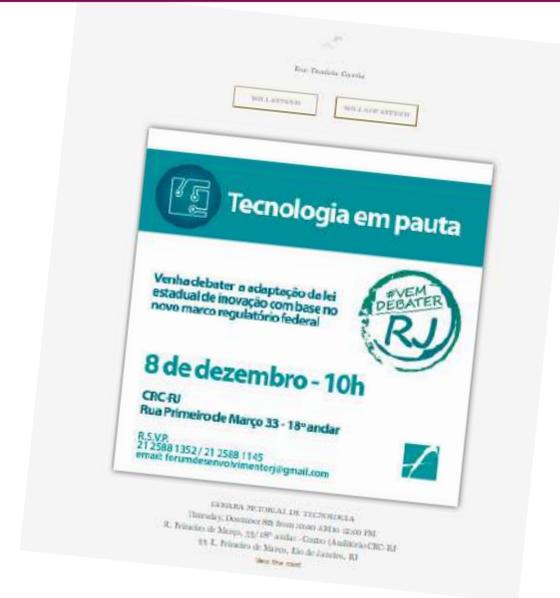


Clippings Web

Entre publicações no site da Alerj, repercussões das matérias em outros veículos, como jornais regionais, e veículos de comunicação dos parceiros, o Fórum apareceu em 130 artigos online durante o ano de 2016.

Paperless

Em 2016 o Fórum optou por utilizar o Paperless para envio de convites. Além de gratuita, a ferramenta permite o monitoramento de informações e a confirmação de presença por parte dos convidados. Como anteriormente os convites dos eventos eram impressos na gráfica, o uso do Paperless também representou economia de custos com a racionalização do uso de papel e envio pelo correio. Foram 78 convites para eventos e reuniões de Câmaras Setoriais, totalizando 45.635 envios. www.paperlesspost.com



Redes Sociais

Reverberar as ações do Fórum, de forma a ampliar o conhecimento da sociedade sobre o que está sendo feito em prol do crescimento dos mais diversos setores da economia fluminense. É com esse objetivo que o Fórum vem aumentando sua participação nas redes sociais e investindo na interatividade.

Dentre as iniciativas de 2016, destacam-se a criação do perfil no Instagram e o início de publicações constantes no LinkedIn, não somente na página institucional, mas também em páginas criadas especialmente para as Câmaras Setoriais. O intuito é promover cada vez mais a troca de informações entre os membros que compõem o Fórum, os deputados e a população fluminense, com a divulgação dos debates promovidos pelos grupos de trabalho e notícias e estudos relacionados a eles. Além do LinkedIn, o Fórum também participa ativamente do Facebook, do Twitter, do Instagram e do YouTube.



Facebook

bit.ly/facebookForum

Rede social com maior número de usuários no Brasil, o Facebook foi em 2016 a principal plataforma digital do Fórum, com 6.020 fãs*, publicações diárias e o maior número de usuários engajados. Nesta rede divulgamos nossos eventos e debates, o programa Rio em Foco e as matérias do site www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br. Além disso, aqui são divulgadas também as agendas das Câmaras Setoriais, eventos de parceiros e notícias da Alerj e do Governo relativas aos temas tratados pelo Fórum.

O Fórum aderiu ao Instagram em março de 2016. Nesta rede, que conta com 35 milhões de usuários no Brasil, temos 208 seguidores* e publicamos registros dos eventos, reuniões de câmaras e também divulgamos a agenda de eventos do Fórum.

Instagram

instagram.com/forumdesenv



*contagem de seguidores e fãs realizada em dezembro de 2016. O número pode variar de acordo com a movimentação diária das redes



LinkedIn

bit.ly/linkedinforum

O LinkedIn, plataforma de relacionamento profissional e de conteúdo, alcançou este ano 27 milhões de usuários no Brasil, e registra um crescimento de cem mil pessoas por semana. O Fórum ampliou sua participação nesta rede em 2016, publicando conteúdo diário e criando, além de uma página institucional, páginas exclusivas para cada Câmara Setorial. Elas reúnem notícias e artigos relacionados a diversos setores estratégicos do estado do Rio de Janeiro: Agronegócio; Cultura, Turismo e Esporte; Desenvolvimento Sustentável; Energia; Formação Profissional e Educação Tecnológica; Gestão e Políticas Públicas; Infraestrutura e Logística e Tecnologia. Atualmente, a página institucional do Fórum possui 916 seguidores*.

Scribd e Issuu

scribd.com/forumdesenv

issuu.com/forumdesenvolvimentoorj

O Scribd e o Issuu são plataformas de compartilhamento e reúnem documentos, apresentações e estudos relativos aos eventos e reuniões do Fórum, nossas publicações e também publicações e pesquisas realizadas por entidades parceiras. A utilização destas ferramentas permite que a memória e o registro das atividades do Fórum fiquem ao alcance de todos e possam ser consultados e compartilhados a qualquer momento. Em 2016, as 838 publicações das duas plataformas alcançaram 146.396 visualizações.



Twitter

twitter.com/forumdesenv

O Fórum está no Twitter desde 2009 e seu perfil possui atualmente 3.156 seguidores*. Em 2016 aumentamos a frequência de publicações, realizando postagens diárias nesta rede. O Twitter é a plataforma utilizada para coberturas ao vivo dos principais eventos do Fórum, divulgar as matérias do site, divulgar a agenda das Câmaras Setoriais e das instituições parceiras e replicar informações relevantes do Governo do Estado.

O site reúne os programas Rio em Foco, as reportagens sobre os eventos realizados pelo Fórum feitas pela TV Alerj, vídeos institucionais e listas de vídeos por assunto. Com 256 inscritos* e 1.228 vídeos*, o canal do Fórum chegou em 2016 a 52.793 mil visualizações*.

Youtube

youtube.com/forumdesenvolvimento



*contagem de seguidores e visualizações realizada em dezembro de 2016. O número pode variar de acordo com a movimentação diária das redes

Curtiu?

Faça download da versão digital!

